VILAREALST°ANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N. 2/2012

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor ***Eduardo Luís Silva Pereira,*** *Presidente da Assembleia Municipal, comigo* ***Alexandre Hermínio Drago Madeira,*** *primeiro secretário,* ***José Domingos Teixeira Pires,*** *segundo secretário, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria do Rosário Papafina Proença, Miguel Moreira da Costa, Maria Alexandra Martins do Livramento, Maria de Lurdes Lopes Faria, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Victor Manuel Fernandes Rosa, Sandra Cristina Madeira, Carlos Manuel Fernandes Lança, Messias José Carvalho, José Roberto Leitão Guerreiro, Antónia Maria Viegas Lima pelo P.S.D; João José da Costa Ribeiro, Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Rui João Gutierres Setúbal, pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz, Luís Manuel Negrão Vargas pela CDU.*

Conforme Edital Convocatório de 23 de Abril de 2012, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

ABERTURA DA SESSÃO *– verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.*

SUBSTITUIÇÕES – Pedido de substituições da bancada do PS, Álvaro Palma de Araújo, Victor da Cruz Pereira, Carina Patrícia Querido Rosado, Fernando Manuel Fernandes Martins, David Matias Murta e Teresa Isabel Pereira Soares foram substituídos por Luís Manuel da Rosa Fernandes e Rui João Gutierres Setúbal.

Faltas: *José João Corvo e Fernando Serina.*

O Sr. Deputado Municipal Luis Miguel Romão apresentou o seu pedido de justificação por se encontrar a participar na sua Assembleia de Freguesia de Vila Real de Santo António.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Intervieram os Srs. Deputados Municipais António Cabrita, José Cruz, João Ribeiro, Luís Fernandes, Carlos Lança e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Deputado Municipal António Cabrita propôs um voto de louvor ao Lusitano Futebol Clube, por ter sido campeão Regional de Seniores. Expressou também um voto de pesar pelo falecimento do Deputado Miguel Porta, membro do Bloco de Esquerda.

O Sr. Deputado Municipal José Cruz manifestou a sua inconformação pelo fato de já se ter falado e voltar a falar sobre o desassoreamento do Rio Guadiana e ninguém ter feito nada.

Expressou também o seu desconforto solidário para com todos aqueles que estão a lutar e a tentar sobreviver, devido à crise que o mundo e o País atravessam. Destacou que há pessoas a trabalhar para conseguir ganhar uma refeição e a realidade de hoje é que as pessoas vivem com muitas dificuldades.

O Sr. Deputado Municipal João Ribeiro declarou que o PS subscrevia a homenagem feita ao Sr. Deputado e falecido Miguel Portas. Associou-se ainda às felicitações dirigidas ao Lusitano Futebol Clube pela época realizada. Anunciou, por fim, que o Partido Socialista iria realizar eleições, pelo que deixaria o seu lugar à disposição. E poderia acontecer a sua saída da Bancada do PS no início do mês de Julho.

O Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes procedeu à leitura de um texto relativo ao registo na Conservatória do Parque de Campismo, questionando o registo em nome da

Câmara, uma vez que o referido espaço tinha sido cedido, somente para aquele fim, pela Direção de Florestas.

Questionou ainda a pertença do terreno que se situa entre o Hotel/Spa Monte Gordo e o Parque de Campismo, referindo a existência de um registo, em Fevereiro de 2011, em nome de Imoprisandre. Todavia, na documentação do Plano de Pormenor da Zona Nascente, de Maio de 2011, este terreno é referido como sendo do domínio Privado Municipal.

Finalmente, interpelou o Sr. Presidente da câmara relativamente à existência de uma padaria nas traseiras do restaurante "O Cisne" e que, pela informação de munícipes, gera bastante ruído na sua laboração, e mais pediu o esclarecimento da situação da referida padaria.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Lança solidarizou-se com os comentários apresentados pelo Sr. Deputado Municipal José Cruz e manifestou a sua revolta pelos baixos salários que são pagos em Portugal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

1. ***EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;***
2. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS Nº10 de 2011 e 1/2012 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;***
3. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA AO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. REGULAMENTO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;***
4. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VRSA E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M. S.A., RELATIVO À GESTÃO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS NA ZONA DO PLANO DE PORMENOR E SALVAGUARDA DO NÚCLEO POMBALINO DE VRSA (PPNPVRSA);***
5. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO EM VILA REAL DE SANTO ANTONIO - HASTA PUBLICA;***
6. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS PARA PROMOÇÃO DO EVENTO MANTA BEACH 2012 COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO PARA 2013;***

7. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA TOMADA DE CONHECIMENTO DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS;***
8. ***APRECIAÇÃO DO INVENTARIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇOES PATRIMONIAIS DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (MAPA DE AMORTIZAÇÃO);***
9. ***APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.***

1. ***EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;***

O Sr. Presidente deu conhecimento da correspondência que foi remetida à Assembleia Municipal

2. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS Nº10 de 2011 e 1/2012 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;***

Submetida à votação, a ata nº10/2011 da Assembleia Municipal foi aprovada por maioria com quatro abstenções da bancada do PS.

Submetida à votação, a ata nº1/2012 da Assembleia Municipal foi aprovada por maioria com quatro abstenções da bancada do PS.

3. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA AO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;REGULAMENTO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;***

Intervieram os Srs. Deputados Municipais Luis Fernandes e José Cruz.

O Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes sublinhou e assinalou o agravamento da fatura da água e anotou a falta do anexo III do documento apresentado.

O Sr. Deputado Municipal José Cruz, manifestou o seu desacordo com os referidos Regulamentos.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação. A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 15 votos favoráveis do PSD, 4 abstenções da bancada do PS e2 votos contra da CDU.

A bancada do PS entregou Declaração de voto.

4. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VRSA E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M. S.A., RELATIVO À GESTÃO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS NA ZONA DO PLANO DE PORMENOR E SALVAGUARDA DO NÚCLEO POMBALINO DE VRSA (PPNPVRSA);***

Interveio o Sr. Deputado Municipal José Cruz, para referir que a gestão do Plano de Pormenor deveria ser da Câmara Municipal e não da SGU, dado que que era contra às empresas municipais.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 15 votos favoráveis do PSD, 4 abstenções da bancada do PS e 2 votos contra da CDU.

A bancada do PS entregou Declaração de voto.

5. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO EM VILA REAL DE SANTO ANTONIO; HASTA PUBLICA;***

Intervieram os Srs. Deputados Municipais Luísa Currito, José Cruz e António Cabrita, bem como o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

A Sra. Deputada Municipal Luísa Currito perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se o prédio urbano em causa era para ser destinado às futuras instalações da Polícia de Segurança Pública.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 14 votos favoráveis do PSD, 6 abstenções, 4 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU.

O Sr. Deputado Municipal José Pires não participou na votação por ter vínculo na realização do processo.

O Sr. Deputado Municipal José Cruz referiu que o seu sentido de voto era a abstenção.

O Sr. Deputado Municipal António Cabrita manifestou a sua concordância com a referida alienação.

6. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS PARA PROMOÇÃO DO EVENTO MANTA BEACH 2012 COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO PARA 2013;***

Intervieram os Srs. Deputados Municipais José Cruz, Carlos Lança, Rui Setúbal, António Cabrita e João Ribeiro.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação.

O Sr. Deputado Municipal José Cruz referiu que o seu sentido de voto era a abstenção.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Lança referiu as dificuldades financeiras do município e a necessidade da continuação do evento, mas ficando agora os custos a cargo da iniciativa privada.

O Sr. Deputado Municipal Rui Setúbal referiu a necessidade de haver mais transparência no desenrolar de todo o processo.

O Sr. Deputado Municipal António Cabrita também referiu a necessidade dos custos serem suportados por iniciativa privada.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 14 votos favoráveis do PSD e 6 abstenções sendo 4 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU.

O Sr. José Pires não participou na votação por ter vínculo na realização do processo.

A bancada do PS entregou Declaração de voto.

7. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA TOMADA DE CONHECIMENTO DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS;***

Intervieram os Srs. Deputados Municipais José Cruz, Luis Fernandes, Rui Setúbal e António Cabrita.

O Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes referiu, na sua intervençãol, que a dívida da Câmara veio sempre a crescer visto que em 2005 era 5,5 milhões, em 2006 era 8 milhões, em 2007 era 14 milhões, em 2008 era 21 milhões, em 2009 era 48 milhões,

ano de eleições, e em 2010 era 60 milhões. Isto referente à Câmara Municipal, não falando da SGU.

O Sr. Deputado Municipal Rui Setúbal referiu que os documentos apresentados confirmam a veracidade das denúncias que vínhamos fazendo sobre a situação financeira do Município e a nossa denúncia sobre o fato do orçamento que o executivo apresenta ser um mero documento de propaganda política.

Indicou ainda um aumento do passivo exigível consolidado.

O Sr. Deputado Municipal António Cabrita referiu que as contas que o executivo apresenta são transparentes ao contrario de contas apresentadas no passado.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por maioria com

18 votos favoráveis, 14 votos da bancada do PSD e 4 da bancada do PS e 2 abstenções da bancada da CDU.

A bancada do PS entregou Declaração de voto.

O Sr. Deputado Municipal José Pires não participou na votação por ter vínculo na realização do processo.

8. ***APRECIAÇÃO DO INVENTARIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇOES PATRIMONIAIS DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (MAPA DE AMORTIZAÇÃO).***

O documento foi analisado pelos Srs. Deputados Municipais.

9. ***APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.***

Interveio o Sr. Deputado Municipal Luis Fernandes.

O Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes referiu ainda que falta uma coluna no Quadro das Despesas, isto é, está a coluna da Despesa Prevista, a coluna da Despesa

Faturada e está a coluna da Taxa de Execução, pelo que falta uma coluna da Despesa Paga.

O documento foi apreciado.

Período de intervenção do público

Neste período interveio o Sr. José Veia, para referir a falta de condições sanitárias da água que sai da torneira e as alterações às taxas variáveis e fixas sobre os resíduos sólidos e que são descarregados no rio.

E de tudo, para constar, se lavrou esta ata sob forma de minuta, que foi aprovada por unanimidade, que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 00 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal	*O Primeiro Secretário*
	Alexandre Drago

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do Partido Socialista absteve-se na votação da Minuta do Contrato de Gestão entre o Município de VRSA e a VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A. porque, apesar de considerar justificada a sua elaboração face aos contratos anteriormente assinados e que estão vigor, não pode deixar de lembrar e lamentar o facto da maioria PSD ter rejeitado na sessão da AM de 19 de Dezembro de 2011 a n/ proposta para constituição da comissão de acompanhamento dos processos de requalificação de diferentes áreas do Município, não pode, com esta posição, deixar de manifestar a sua preocupação pelo cada vez maior número de responsabilidades da Autarquia que são subtraídos ao controlo democrático dos órgãos eleitos.

Vila Real de Santo António, 30 de Abril de 2012

Luís Manuel Rosa Fernandes

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do Partido Socialista absteve-se na votação do Regulamento de Drenagem de Águas Residuais Urbanas do Município de Vila Real de Santo António porque trata-se dum documento de cariz eminentemente técnico que acreditam estar elaborado em conformidade com a Lei mas sobre o qual não dispõem de informação suficiente para se poder pronunciar.

Vila Real de Santo António, 30 de Abril de 2012

Luís Manuel da Rosa Fernandes

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente os documentos de Apreciação de Contas do Exercício de 2011 porque trata-se dum documento acompanhado de relatórios técnicos que se apresentam como credíveis e porque apreciamos o facto de, pelo segundo ano consecutivo e na sequência das posições que desde há muito vínhamos defendendo, o executivo cumpre a Lei efectuando a consolidação de contas com a SGU.

Os documentos apresentados confirmam a veracidade das denúncias que vínhamos fazendo sobre a situação financeira do Município e a nossa denúncia sobre o facto dos orçamentos que o executivo tem apresentado são meros documentos de propaganda política.

A prová-lo está o facto da taxa de execução do plano plurianual de investimentos ter tido uma taxa de execução de apenas 13,01% conduzindo a que apenas tivessem sido efectuados investimentos de cerca de 2.000.000 € quando o orçamento previa mais de 15.000.000 €.

Apesar desta fraquíssima execução do programa de investimentos, o passivo exigível consolidado aumentou em € 1.130.000 passando a ser de € 94.096.000.

Em relação ao previsto no orçamento a taxa de execução da receita corrente foi de 67,22% enquanto que a receita de capital ficou-se pelos 17,79% do orçamentado. Já do lado da despesa as taxas de execução foram de 53,96% para as despesas correntes e de 33,47% para as despesas de capital.

Hoje já ninguém tem qualquer dúvida sobre a dimensão e a responsabilidade da dívida que de 2006 a 2010 aumentou 1159% e continua a aumentar.

Preocupa-nos ainda o facto referenciado no ponto 8.2.25 do Anexo ao Balanço onde se refere que se encontram em mora à Caixa Geral de Aposentações e ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social um montante superior a € 233.500.

Preocupa-nos ainda o aumento de cerca de € 8.000.000 em dívidas de curto prazo pelo impacto negativo que pode estar a ter no tecido empresarial local e o facto de tudo isto acontecer num exercício em que a Câmara cortou unilateralmente os contratos programas com as Instituições e Clubes locais colocando-os em situação de rotura de tesouraria.

Vila Real de Santo António, 30 de Abril de 2012,

Luís Manuel Rosa Fernandes

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do Partido Socialista absteve-se na votação sobre a proposta de Concurso Público para Promoção do Evento Manta Beach 2012 porque apesar de consideramos muito positivo que, finalmente, o executivo da Câmara tenha arrepiado caminho e apareça agora a corrigir uma ilegalidade que sempre denunciamos e nos demarcamos, não podemos dar o nosso acordo ao conteúdo do caderno de encargos que apresenta alguns pontos pouco transparentes, nomeadamente:

- o facto de possibilitar a renovação para 2013 com a empresa que vier a ganhar o concurso sem especificar em que condições deixando uma grande margem de manobra decisória fora do objectivo de transparência e igualdade de oportunidades que um concurso público deve primar;
- os critérios de definidos no Artº 17º em que o único que é objectivo e que, se diz pretender defender, tem uma ponderação de apenas 10% quando todos os outros critérios são, por natureza subjectivos, e ponderam 90% para efeitos de adjudicação o que, em teoria, poderá ser adjudicado a uma empresa que não ofereça qualquer contrapartida financeira para o município.

Vila Real de Santo António, 30 de Abril de 2012

Luís Manuel Teixeira Fernandes